REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2023 (Do Sr. Marcelo Lima)

Requer a desapensação do Projeto de Lei n. 457, de 2020, e, consequentemente, o PL nº 741, de 2023 (apensado), do conjunto de proposições encabeçadas pelo Projeto de Lei n. 8.045, de 2010, do Senado Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 142 do Regimento Interno, a desapensação do Projeto de Lei n. 457, de 2020, do Deputado Coronel Tadeu, que "altera o Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para vedar a realização de audiências de custódia", e, consequentemente, o PL nº 741, de 2023, do Deputado Marcelo Lima, que tramita apensado, do conjunto de proposições encabeçadas pelo Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, que institui o novo "Código de Processo Penal", do Senado Federal.

## **JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento pretende viabilizar a tramitação regimental autônoma do Projeto de Lei n. 457, de 2020, do Deputado Coronel Tadeu, e de seu apensado, PL nº 741, de 2023, do Deputado Marcelo Lima, que possuem o objetivo comum de vedar a prática processual penal das audiências de custódia.

As proposições encontram-se apensadas em um ramo do conjunto de proposições apesadas ao PL nº 8.045, de 2010, oriundo do Senado Federal, que propõe uma reforma geral do sistema processual penal, mediante a instituição de um novo Código de Processo Penal. Por se tratar de Projeto de







## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## Liderança do PSB

Código, o PL nº 8.045, de 2010, observa tramitação especial que se estende a todas as proposições apensadas.

No presente caso, verifica-se que a Comissão Especial do Código de Processo Penal arrasta-se há anos na Câmara dos Deputados, sem encontrar ambiente legislativo capaz de conciliar a magnitude das temáticas e interesses envolvidos. Tal situação acaba impondo entraves à tramitação de um número significativo de proposições destinadas ao aperfeiçoamento pontual do ordenamento jurídico, frustrando os interesses legítimos de parlamentares no exercício da representação popular.

Cumpre-nos ressaltar que não há óbice regimental para a tramitação autônoma das proposições, como ora se pretende. Isso porque o art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados não possui natureza cogente, mas autorizativa ou permissiva, em que a decisão que promove a tramitação conjunta pressupõe implicitamente — ou ao menos deveria pressupor -, a necessidade de atender a preceitos específicos, como a economia processual no caso de identidade ou correlação de matérias.

Ainda que o instituto da audiência de custódia esteja compreendido no sistema processual penal, tal situação não é suficiente para determinar a correlação temática. Essa lógica, considerada a praxe legislativa, certamente promoveria embaraços, ou até mesmo um engessamento, da tramitação de proposições no Parlamento.

Em consideração ao exposto, requer-se a desapensação do Projeto de Lei nº 457, de 2020, e de seu apensado PL nº 741, de 2023, para que siga a sua devida tramitação regimental apartada do conjunto de proposições encabeçadas pelo PL nº 8.045, de 2010.

Sala das sessões, 02 de agosto de 2023.

Deputado MARCELO LIMA PSB/SP

